

## A DIMENSÃO ESPACIAL NO PLANEJAMENTO FEDERAL BRASILEIRO NA TRAJETÓRIA REPUBLICANA

Kilma Gonçalves Cezar, Elimar Pinheiro do Nascimento

### RESUMO

Neste artigo analisamos como a dimensão espacial se apresentou nas decisões e ações no governo federal ao longo da história republicana brasileira, sobretudo após 1930 até 2010. Constatou-se que no primeiro momento (1930-1985), em que o Estado pode ser definido como *intervencionista*, a dimensão espacial era imbricada com a questão regional, relacionada à integração nacional e às disparidades regionais. No período seguinte (1985-2002), há uma ausência da importância da dimensão espacial nas ações governamentais, embora no PPA 1996-1999 haja sinais de retomada de sua relevância. Finalmente, no período de 2003 a 2010, a dimensão espacial se redefine, relacionando-se com a questão social. Acompanhando a tendência de reconfiguração do território nacional, ela adquire centralidade na elaboração e implantação de políticas públicas setoriais.

Palavras-chave: planejamento; Estado; dimensão espacial; questão regional; questão social; República

### THE SPATIAL DIMENSION IN BRAZILIAN FEDERAL PLANNING: UMA ANÁLISE DE 1930 A 1910

#### ABSTRACT

*The purpose of this article is to analyze how the spatial dimension has been presented in the decisions and actions of the federal government along the Brazilian republican history, mainly after 1930 until 2010. It was found that during the first period (1930-1985), in which the State can be defined as interventionist, the spatial dimension was intertwined with the regional issue, related to national integration and regional disparities. In the following period (1985-2002), there was a lack of importance of the spatial dimension in government actions, although there were signs of the resumption of its relevance in the PPA 1996-1999. Finally, in the period 2003-2010, the spatial dimension was redefined, being related to the Social Issue. Following the trend of reconfiguring the national territory, it becomes central to the development and implementation of sectorial Public Policies.*

*Keywords: Planning; State; Spatial Dimension; Regional Issue; Social Issue; Republic*

---

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. E-mail: kilmagc@yahoo.com.br.

Sociólogo, Professor Associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. E-mail: elimarcds@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Pretende-se com este artigo analisar como a dimensão espacial se apresenta na trajetória do planejamento federal na história republicana brasileira. Espera-se poder responder ao questionamento: Qual o lugar da dimensão espacial no planejamento federal brasileiro na trajetória republicana?

Para melhor visualização dos momentos históricos, nas suas singularidades, segue no quadro 1 uma periodização simples do planejamento federal brasileiro.

QUADRO 1 - PERIODIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO FEDERAL BRASILEIRO, 1889-2010.

PERÍODO/ ESTADO	TIPO DE PLANEJAMENTO
1889-1930 – Estado Liberal - Oligárquico	Ausência de Planejamento
1930 a 1985 – Estado Nacional Desenvolvimentista (Populista/ Autoritário)	Planejamento intervencionista
1985- 1994: Transição	Planejamento impossível
1995- 2002 – Estado Regulador (Social Liberal)	Planejamento indicativo
2003- 2010 – Estado Indutor	Planejamento indicativo/ intervencionista

Fonte: Própria (baseado em Hélio Silva, Ruy Fausto, João Antônio de Paula).

Os períodos sinalizados no quadro 1 têm em seu interior subperíodos e distintas ênfases, visto que não são homogêneos. Pela concisão necessária ao artigo optou-se por esta abordagem mais geral, sem desconhecer suas inúmeras diferenças internas.

Visando justificar a reconstituição da presença da dimensão espacial na trajetória histórica do planejamento de estado no Brasil, acredita-se ser interessante a identificação de alguns aspectos conceituais básicos utilizados, como dimensão espacial, questão regional e planejamento mais indicativo.

A dimensão espacial é tida como uma das problemáticas que adquire centralidade nas discussões acerca da elaboração e implantação de políticas públicas, uma vez que envolve a organização espacial em múltiplas escalas, como espaço, região e território (IPEA, 2010).

A polissemia dos termos - espaço, região e território permite visualizar uma rede de sentidos apropriados em diferentes acepções e em diversas áreas do conhecimento (HAESBAERT, 2006).

É vasta a literatura que se ocupa da discussão conceitual dos referidos termos. Assim, considera-se que o espaço nacional brasileiro não é apenas uma escala referente a um espaço geográfico físico, neutro, mas sim, um elemento das relações sociais e econômicas, locais e mundiais e que, ao mesmo tempo, se nutre das identidades culturais locais, históricas logo, a concepção da dimensão espacial que predominará o desenvolvimento deste artigo, encontra amparo em Couto (2005) quando assegura que a dimensão espacial comporta tanto o espaço geográfico, a região quanto o território por se tratarem de entes de uma mesma natureza e grandeza.

Esse entendimento encontra reforço em Diniz (2007); Amin (2007); Castells (1999) quando concordam que é possível pensar espaço enquanto região ou território, uma vez que a dimensão espacial se converte num lugar de fluxos de idéias, informações, conhecimento, pessoas, mercadorias, influências culturais, biodiversidade, agentes sociais, e de trajetórias históricas ali embutidas. Mas também em Becker (2007), quando trata a dimensão espacial como espaços-tempo diferenciados no planeta e como relações local-globais que ocorrem dentro dos espaços nacionais e cita que a flexibilização dos recortes geográficos flexibiliza também os Estados, o que implica o reconhecimento do espaço geográfico como geopolítica de relações multidimensionais de poder (BECKER, 1983).

Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vi-

vido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social. (BECKER, 1983, p. 7-8).

Na sua especificidade de questão regional, a dimensão espacial está associada ao contexto da desigualdade, bem como das diferenças regionais as quais permitem que determinadas regiões tenham uma dinâmica diferente das demais (OLIVEIRA, 1988). Assume relevância no planejamento federal dos anos 1950/1970, quando predominava a ideia de que a desigualdade regional entre o Sul-Sudeste e Norte-Nordeste representava um perigo à coesão social e à integridade territorial do País. O uso frequente do termo território, no aparato administrativo federal, é mais recente, e indica uma tentativa de maior precisão no reconhecimento diferenciado das lógicas espaciais geográficas, muitas vezes interregionais. Portanto, o conceito de dimensão espacial abrange, simultaneamente, os de região e território, sem negar suas especificidades.

Para tornar o raciocínio mais simples e mais claro optou-se por distinguir, entre os diversos tipos de planejamento, dois: o intervencionista e o indicativo. O primeiro, que atribui um papel central do Estado no processo de desenvolvimento, é composto de definições de objetivos e metas em grande parte relacionados à ação do Estado, desenvolvendo-se instrumentos e órgãos específicos para alcançá-los. O planejamento indicativo tenta orientar a ação dos atores sociais, em particular o segundo setor, com definição de objetivos que são perseguidos pelos estímulos concedidos ao mercado e sua regulação por parte do Estado. Já o planejamento mais indicativo reúne características dos dois tipos. É evidente que há muitas diferenças no interior de cada um dos tipos considerados. Por exemplo, não se pode confundir a ação de planejamento estatal no período Vargas, com a do período subsequente. Mas, no essencial, a lógica é a mesma: cabe ao Estado promover o desenvolvimento.

O período que compreende 1889-1930 não será contemplado, pois na primeira fase da formação do País enquanto Repú-

blica o planejamento não era uma problemática constante da agenda política. A dinâmica regional era definida pela produção predominante de cada região e pelo mercado internacional, o que caracterizava a economia brasileira como agro-exportadora, ou seja, como “ilhas regionais”. Na falta de uma “economia e uma cultura nacional” estabelecidas não havia como se pensar em planejar o País a partir da União. A economia, na ótica do Estado federal, estava quase que resumida no jogo de câmbio, ou seja, em dirimir as querelas entre importadores (fundamental na ausência de uma indústria) e exportadores.

O artigo está estruturado em três partes: o surgimento e configuração do planejamento federal, sua impossibilidade em face do surto hiperinflacionário e as tentativas de retorno, conforme os momentos acima apresentados.

## 1. PERÍODO: 1930-1985-PLANEJAMENTO INTERVENCIONISTA NO ESTADO DE CUNHO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA

O período de 1930-1985 corresponde ao da construção do Estado Desenvolvimentista no Brasil (IANNI, 1977), tendo uma forma autoritária nos seus primórdios (Estado Novo) e no término (regime autoritário-burocrático). Pode-se afirmar, entre outros, que oscilou entre duas tendências.

A primeira pode ser denominada de estratégia de desenvolvimento nacionalista e remonta os períodos que compreendem os anos 1930-1945, 1951-1954 (Vargas) e 1961-1964 (Jânio e Jango). Essa estratégia tinha como pressuposto alcançar o progresso econômico e social a partir do capitalismo industrial nacional e, para isso implicou na criação de um aparato estatal voltado para os processos de decisão do governo sobre assuntos econômicos, assim como, para impulsionar o desenvolvimento industrial nacional.

A segunda tendência pode ser denominada de estratégia de desenvolvimento nacionalista-dependente e se refere aos anos 1946-1950 (Dutra), 1955-1960 (JK) e 1964-1985

(Militares). Essa estratégia continha como pressuposto o projeto de um capitalismo industrial dependente, o qual implicava o reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos, como alternativa para alcançar o progresso econômico e social. O investimento no setor industrial por meio da abertura da economia ao capital estrangeiro, algumas vezes associado aos/ou estimulado pelos investimentos estatais, proporcionou um aparelhamento material do País com infraestruturas portuárias, ferroviárias e rodoviárias, assim como, a entrada de empresas internacionais atuando em setores estratégicos da economia nacional. (IANNI, 1977).

Nesse sentido, é possível que a análise de como a dimensão espacial se apresenta na trajetória do planejamento federal, neste período (1930-1985) seja mais interessante se for realizada seguindo as estratégias do desenvolvimento, a nacionalista e a nacionalista-dependente.

### 1.1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONALISTA: GETÚLIO VARGAS (1930-1945, 1951-1954), JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1964)

*Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954)*. O ano de 1930 foi de inflexão na história republicana brasileira. A Primeira República, República ou ainda República Oligárquica<sup>1</sup> (1889-1930) nasceu sob os princípios norteadores do liberalismo<sup>2</sup>, apesar de manter padrões de comportamento oligárquico e tradicional (FAORO, 2000, p. 111). O liberalismo foi sempre um hóspede mal aceito na República brasileira. Naquele período, na política, o conservadorismo e o autoritarismo imperavam sobre as ideias liberais, enquanto que na economia o liberalismo ditava as ordens, porém, apenas no setor moderno da econo-

mia. Existia um liberalismo de mercado, mas ausente nas relações de trabalho. A política era dirigida por oligarquias rurais, em particular a paulista e a mineira, o que resultou na aliança “café com leite”.

A aliança foi rompida em 1930 na medida em que a oligarquia mineira não aceitou o candidato paulista proposto pelo presidente Washington Luís. Uma rebelião, após a vitória do paulista Júlio Prestes<sup>3</sup>, uniu gaúchos e mineiros, entre outros, que levou a deposição do presidente e a ascensão do candidato adversário, o gaúcho Getúlio Vargas. Foi o encerramento da velha República, pois agora a dinâmica econômica se deslocaria gradativamente para o espaço urbano e, em seguida, industrial.

Devido à decisiva participação dos militares na consolidação da “Revolução de 1930”, os primeiros anos do governo Vargas foram marcados por medidas centralizadoras: fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, deposição de governadores e nomeação de interventores, ligados ao “tenentismo” com o objetivo de neutralizar a influência dos antigos coronéis (PAULA, 2003; ABREU, 1989).

O governo provisório (1930/1934) foi marcado por um clima de tensão entre os grupos oligárquicos e os chamados tenentes que apoiaram a Revolução de 30 (ABREU, 1989). Getúlio Vargas nomeou representantes dos tenentes para as interventorias estaduais e atendeu a algumas das reivindicações sociais das oligarquias regionais. A questão social passou a ser tratada como uma questão política e não policial (ABREU, 1989).

Ao longo da década de 1930 e metade da seguinte o Estado se apresenta como planejador do crescimento econômico, regulador do ambiente institucional e produtor, financiador e distribuidor de bens e de serviços (PAULA, 2003).

1 República oligárquica em razão da supremacia das oligarquias sobre as outras classes. Ver Hélio Silva

2 O liberalismo é fruto da Revolução de 1688, século XVII, tendo John Locke como um dos pioneiros na proposição de um sistema de governo alternativo ao absolutismo monárquico.

3 Com Julio Prestes na Presidência, possivelmente, assegurar-se-ia a manutenção da política de estabilização financeira ora adotada.

[...] A partir dos anos 30, o Estado nacional passa aos poucos a constituir-se em núcleo organizador da sociedade e alavanca a construção do capitalismo industrial. Tratava-se de um Estado capaz de impulsionar a industrialização em países de desenvolvimento tardio – em relação aos centros originários do capitalismo mundial – combinando certa autonomia organizacional e inserção na estrutura subjacente. Como todo Estado desenvolvimentista, o brasileiro desempenhou um papel estratégico no controle das forças de mercado internas e internacionais e na sua utilização em favor de um interesse econômico nacional [...] (SALLUM JR., 1994, p.146).

O nacionalismo de Vargas se traduzia numa ideologia de coesão nacional presente no planejamento federal. Coesão que envolvia a organização política do território e a integração das economias regionais (IANNI, 1977; MAGNAG, 1995; ABREU, 1989). O processo de centralização visava, além da eficiência, à racionalidade do Estado. Para tanto, era necessário reduzir a influência das oligarquias regionais sobre os processos decisórios nacionais. Cabia impedir que interesses particulares presentes nas oligarquias locais e regionais pudessem se sobrepor aos interesses nacionais (IANNI, 1997).

Em 1937, já no Estado Novo, as interventorias estaduais possuíam prerrogativas legislativas e executivas e não se mostravam de forma integrada nacionalmente. Nesse sentido, coube ao governo buscar mecanismos que permitissem a unificação de procedimentos das interventorias, garantindo os princípios de racionalidade administrativa e centralização política. Por meio do Decreto n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, foi instituída a lei que dispunha sobre a administração dos estados e municípios, conhecida por *Código dos Interventores*, que regulamentou suas ações e efetivou a nacionalização e a centralização das propostas do Estado Novo, conformando assim o processo de integração nacional (ABREU, 1989; PAULA, 2003). Por sua vez, a criação do Departamento

Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em 1937, refletia a importância dada ao governo às estradas como meio de comunicação entre as regiões (ABREU, 1989). Sob esse contexto, em 1940, foi lançada a “Marcha para o Oeste” como diretriz governamental que consagrava a importância da ocupação territorial.

Para a consecução do projeto Desenvolvimentista, o Estado assumiu a responsabilidade de formar, dentro do sistema existente, um aparato estatal que assumisse a prática de planejamento de forma sistemática; mantivesse o compromisso de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro e incentivasse o investimento industrial (ABREU, 1989). A política econômica focava o mercado interno e protegia a indústria nacional dos competidores estrangeiros, por meio da criação de tarifas protecionistas e de investimentos na indústria (SUZIGAN, 1984). Em 1939 foi criada a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional para planejar a criação da usina siderúrgica nacional. Em 1941, após negociação entre o governo brasileiro e o americano, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, no Rio de Janeiro. No ano seguinte foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), visando à exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, em especial o ferro. Ainda em 1942, Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Companhia Hidrelétrica de São Francisco a Comissão de Controle e Abastecimento. Além desses órgãos criou o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - CNPIC (1944 a 1946), ligado ao economista Roberto Simonsen, e a Comissão de Planejamento Econômico - CPE (1944 a 1945), ligada ao economista Eugênio Gudim (IANNI, 1977, CPDOC-FGV, 2015, VELOSO, 2010).

Em 1942 criou-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um de seus objetivos era sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas<sup>4</sup> numa única divisão regional do Brasil para estudos e

4 Anuário Estatístico do Brasil (1938), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1939).

divulgação estatística, assim como, contribuir para a organização política do território nacional (IANNI, 1977; MAGNAG, 1995). No mesmo ano houve a criação do Banco de Crédito da Borracha, transformado posteriormente em Banco de Crédito da Amazônia, voltado para o desenvolvimento regional e para integração nacional.

O Estado atuava no Norte e no Sul. Em 1943 atuou na colonização do Paraná com a criação de novas cidades como Maringá, Cianorte, Londrina e Umuarama e criou os territórios federais Guaporé (atual Rondônia), Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Ponta Porá e Iguazu. Devido às duas grandes secas do Nordeste, 1932 e 1942, em 1945 foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), e autorizada a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, como meios para o desenvolvimento regional (PAULA, 2003).

O segundo governo Vargas (1951 a 1954) traduziu-se na reafirmação do projeto industrializante e desenvolvimentista implantado no primeiro governo. Para fortalecer o processo de modernização do País e de incentivo ao desenvolvimento nacional e integrado foi elaborado o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico ou Plano Lafer, criado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Fundo de Reparcelamento Econômico. Para fazer frente à fragilidade científica e tecnológica foram criados o Conselho Nacional de Pesquisas, futuro CNPq, e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Em 1952 foi criada a Petrobrás e em 1953 a Eletrobrás, voltadas para o desenvolvimento de forma integrada e em defesa dos interesses nacionais (IANNI, 1977).

[...] a partir da década de 1950 [...] há uma política deliberada de desenvolvimentismo industrial consistindo em impostos *ad valorem* altamente protecionistas combinando com política cambial que subsidiava as importações de bens e insumos básicos, atração de investimentos externos diretos para o desenvolvimento da indústria

de bens de capital e consumo durável, investimento governamental direto em indústria de base e infraestrutura, políticas fiscal, monetária e crédito expansionista [...] (SUZIGAN, 1984, p: 133).

Diante do exposto, verifica-se que a preocupação com a integração nacional perpassou as ações governamentais da gestão Vargas, presente na política desenvolvimentista de cunho nacional baseada nos princípios do planejamento econômico, com forte interferência do Estado. O planejamento federal foi praticado de forma contínua e com o foco na integração nacional, por meio dos órgãos que integravam a administração estatal no governo (VIANNA, 1990).

*Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. Em 1961 Jânio Quadros assumiu a presidência da República com uma política econômica conservadora para o enfrentamento do aumento da inflação, déficit fiscal e desequilíbrio no balanço de pagamentos, herdados do governo JK.

No cenário internacional, os reflexos da guerra fria resultaram na aproximação dos países latino-americanos com os EUA, e após a experiência da Revolução Cubana muitos grupos inspirados em idéias revolucionárias surgiram na América Latina.

Nesse contexto, Jânio adotou a chamada Política Externa Independente que defendia a autonomia nacional, estimulava as relações com todos os países do mundo e visava à diminuição da influência norte americana. Assim, restabeleceu relações diplomáticas com a URSS, interrompidas no governo Dutra, condenou a tentativa de invasão dos EUA a Cuba e condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul (ALMEIDA, 2004).

No contexto econômico Jânio Quadros apresentou um plano contra a inflação que previa mudança no sistema cambial, para diminuir a pressão dos subsídios cambiais sobre o déficit público, e incentivou as exportações, reduzindo subsídios às importações de produtos, como forma de equilibrar a balança de pagamentos. O plano foi aprovado pelo

FMI, e assegurou ao governo a renegociação da dívida externa. Com um golpe mirabolante Jânio tentou reverter a situação de forte oposição com sua renúncia, em agosto de 1961, na esperança de que um levantamento popular o recolocaria no poder (MACEDO, 1975; ALMEIDA, 2004).

O levantamento popular não ocorreu e os militares resistiram à posse do vice presidente<sup>5</sup>, na ocasião, em visita a República Popular da China. O acordo com os militares obrigou a adoção do regime parlamentarista, assegurou o mandato presidencial até 31/12/1966 e previu, para 1962, um plebiscito sobre o restabelecimento do presidencialismo. Em 1963, após o plebiscito, o sistema de governo presidencialista vitorioso conferiu plenos poderes ao presidente João Goulart (ALMEIDA, 2004).

A situação econômica era de crise. No campo econômico a taxa de inflação já chegava a 51,3% em 1962, conforme quadro 2. Ainda neste ano o então ministro do Planejamento, Celso Furtado, apresentou o Plano Trienal como resposta política e econômica à aceleração inflacionária e como meio de dar continuidade ao desenvolvimento do País. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi inspirado no Plano de Metas e combinou o planejamento nacional e o planejamento regional, uma vez que buscava desenvolver as regiões mais estagnadas do País, integrando-as ao desenvolvimento nacional. O Plano buscava articulação com as reformas de base do Estado: agrária, administrativa, fiscal e bancária e visava assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional estimada em 7% e de renda per capita de 3,9% (ALMEIDA, 2004; IANNI, 1977). As ações previstas no capítulo final do Plano Trienal, intitulado *Programa das Reformas de Base* representavam a síntese da caminhada ao nacional-desenvolvimentismo. Eram as reformas de base, que garantiriam a ampliação do mercado interno e permitiriam os ganhos de produtividade no campo e

na cidade, alcançando o desenvolvimento econômico (PAULA, 2003; ALMEIDA, 2004).

QUADRO 2 - TAXAS ANUAIS DE INFLAÇÃO (1960 A 1964)

ANO	INFLAÇÃO PELO IGP (% aa)
1960	32,3
1961	49,9
1962	51,3
1963	81,3
1964	91,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Compilado de Simonsen (1979, p. 80). Inflação Índice Geral de Preços

A crise se agravou após o plebiscito, pois em 1962 o PIB cresceu 6,6%, e em 1963 apenas 0,6%. Neste contexto, os conflitos sindicais tornaram-se ainda mais intensos e a desestabilização política aumentou. Tanto os planos de estabilização da economia fracassaram quanto à consecução das reformas de base (PAULA, 2003). No ano seguinte o governo se encerraria com o golpe militar de 31 de março de 1964.

## 1.2 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONALISTA-DEPENDENTE: DUTRA (1946-1950), JK (1955-1960) E REGIME BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO (1964-1984).

*Dutra (1946-1950)*. Em 1946, a queda de Vargas e a nova Constituição contribuíram para reforçar as iniciativas do liberalismo econômico. A Constituição de 1946 garantiu a autonomia dos estados e municípios e restabeleceu a independência dos três poderes (IANNI, 1977).

[...] a instabilidade política brasileira, típica da República de 1946, constituiu-se em notável entrave, não apenas para as iniciativas de planejamento econômico federal, como também para o próprio processo de administração governamental [...]. (ALMEIDA, 2004, p.7).

A posição econômica do governo Dutra se apoiava no que Vianna (1990) chamou de

<sup>5</sup> Resistência em grande parte devida às relações estreitas que Jango mantinha com os sindicatos, criadas desde o desempenho da função de Ministro do Trabalho no segundo Governo Vargas.

ilusão de divisas. Como o volume de reservas do País estava em situação favorável, o governo acreditava que a posição liberal do País atrairia investimentos estrangeiros, solucionando o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Com isso, foi instituído o mercado livre com extinção do controle dos fluxos de reservas por parte do governo. Entretanto, a ilusão durou pouco: as reservas nacionais foram gastas com o aumento do déficit comercial, sobretudo na importação de máquinas e matéria-prima para as indústrias, que atingiu US\$ 313 milhões em 1947 (VIANNA, 1990). Assim, a política liberal fracassou e precisou ser revista, adotando-se o controle cambial frente à escassez das moedas fortes e o sistema de licenciamento prévio de importações<sup>6</sup> (VIANNA, 1990).

O Estado priorizou uma política externa de proximidade com os Estados Unidos, permitindo a presença dos interesses internacionais no País, como a Missão Abbink (1948) que, em diagnóstico econômico, apontou a necessidade de investimentos na infraestrutura e a participação do capital estrangeiro (IANNI, 1977). Emergiu assim, o Plano Salte que estruturava um conjunto de ações nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia, enfatizando as áreas setoriais. Tratou-se do primeiro exemplo de planificação econômica setorial, buscando-se uma inter-relação entre diferentes os setores econômicos (PAULA, 2003; ALMEIDA, 2004).

De modo geral, o Governo Dutra procurou, por um lado, a inserção do Brasil no mundo, segundo os princípios liberais via *Bretton Woods* e Plano *Marshall* e, por outro, deu continuidade ao papel central do Estado no desenvolvimento econômico (VIANNA, 1990).

*JK (1955-1960)*. Juscelino Kubitschek traçou o seu governo dentro da política desenvolvimentista, baseada no crescimento industrial, cujo lema foi alcançar o desenvolvimento “cinquenta anos em cinco”. Para atingir estes resultados elaborou o Plano de Metas, a par-

tir de setores-chave da economia como transporte, energia, indústria de bens de consumo e de base. Tratava-se da primeira ação sistemática do Estado para o planejamento industrial, contemplando a questão regional e setorial de forma única. Propunha ações nos campos estratégicos, particularmente a indústria, incorporando as economias regionais e a interiorização da dinâmica econômica. Por meio da criação da nova capital, Brasília, objetivava a integração nacional (BENEVIDES, 1979, 1991).

O Plano de Metas foi fruto do diagnóstico econômico brasileiro elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de 1951/1953, ainda no governo Vargas. Seus estudos, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), indicavam a necessidade de eliminar os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira para promover o desenvolvimento regional e setorial baseado na substituição de importações (IANNI, 1977, BENEVIDES, 1979, 1991).

O Plano de Metas visava, entre outros, a aumentar a produtividade dos recursos investidos, viabilizar a aplicação de novos recursos em atividades produtivas, aumentar a oferta de empregos e elevar o nível de vida da população. Ao observarem o quadro de modernização do Brasil a partir da política de substituição de importações, os órgãos planejadores notavam que entraves na infraestrutura dificultavam o crescimento da economia brasileira, levando-a a crises cambiais e inflacionárias. Assim, planejaram obras, sem restrição do capital estrangeiro, unindo Estado, setor privado e capital internacional para gerar o crescimento econômico. Entrava em cena um novo nacionalismo, divergente do de Vargas, pela ênfase concedida ao capital estrangeiro (BENEVIDES, 1991).

A implementação do Plano de Metas e a interiorização da capital impuseram a necessidade de desenvolvimento de uma política de

6 Com o sistema de licença prévia as divisas para importar eram liberadas de acordo com as prioridades do governo e após análise de cada pedido de importação. Tal política cambial foi praticada até 1953.

transporte, mantendo como foco a integração do espaço brasileiro. Com essa visão o governo planejou a ligação rodoviária entre o Centro e o Norte do País, por meio da criação da rodovia Belém - Brasília ou BR 153, que se tornou a principal via de acesso da região Norte as demais regiões. Com ela, novas cidades emergiram: Guaraí, Mira Norte, Araguaína, Colinas de Goiás, Gurupi, Alvorada, entre outras.

O nacionalismo desenvolvimentista de JK, com participação mais acentuada do capital internacional, apresentava divergência em relação ao desenvolvimentismo de Vargas. Distintamente deste, não continha a ideia de autonomia econômica. (IANNI, 1977).

A expansão do capitalismo industrial no espaço nacional gerou uma expansão do estilo urbano de vida e dos setores industrial e terciário da economia. A entrada do capital estrangeiro no Brasil, por sua vez, proporcionou um aparelhamento material do País e um progresso no padrão de vida com infraestruturas portuárias, ferroviárias e rodoviárias, e um desenvolvimento urbano considerável (SKIDMORE, 1975).

[...] O período de Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas. O dinâmico presidente prometeu ‘cinquenta anos em cinco’ de governo e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%. De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita [...]. (SKIDMORE, 1975, p. 204).

A reprodução do capital a partir da inclusão do capital estrangeiro favoreceu a dinâmica do desenvolvimento industrial e urbano, o que gerava uma nova divisão regional do trabalho.

[...] o desenvolvimento industrial da região de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, começou a forjar uma divisão regional nacional, em substituição ao arquipélago de economias regionais até então existentes [...] (OLIVEIRA, 2008:199).

Assim, emergiu uma nova dinâmica regional caracterizada pela urbanização, industrialização e novas relações de trabalho, produzidas pelo capitalismo com característica integradora, sob a chancela do Estado. As disparidades regionais eram o sinal de movimento diferencial de acumulação do capital nas relações entre os “Nordestes”<sup>7</sup> e o Centro-Sul. Para atenuá-las emergiu, no contexto governamental, o planejamento regional por parte do governo Federal (FURTADO, 2000; CANO, 1998; OLIVEIRA, 2008). A questão regional passou a ser considerada uma questão nacional. Em 1958 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação técnica de Celso Furtado, cujo objetivo era realizar um diagnóstico da raiz dos problemas econômicos nordestinos e propor alternativas para acelerar o desenvolvimento da região.

A raiz do problema da disparidade regional, segundo o GTDN, estava no subdesenvolvimento do setor produtivo do Nordeste, que tinha como base a economia agro-exportadora e utilizava os superávits comerciais para as importações de bens de capital da região do Sudeste. Caso não mudasse a lógica produtiva regional, suas relações econômicas com o Centro-Sul tenderiam a perpetuar o subdesenvolvimento do Nordeste (OLIVEIRA, 2008).

A dimensão espacial assumiu a forma da questão regional, considerando a crescente disparidade entre as regiões. O grande objetivo do planejamento federal era o da integração nacional, com incorporação das economias regionais (ARAÚJO, 2007; FURTADO, 2000; OLIVEIRA, 2008). O discurso planejador do Estado consistia em superar as desi-

7 “Nordestes” - expressão utilizada por Tânia Bacelar para traduzir a heterogeneidade e a complexidade da dinâmica nordestina.

gualdades regionais a partir da expansão de novas tecnologias industriais e agrícolas para as regiões desfavorecidas.

Em 1959 foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE com a finalidade de corrigir as desigualdades regionais que se ampliavam, à medida que avançava o processo de constituição do mercado interno, alavancado pela industrialização. Foi criado igualmente o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) como instrumento estatal para atrair capital para projetos de desenvolvimento no Nordeste (OLIVEIRA, 2008). As diretrizes de ação da SUDENE em relação às políticas de desenvolvimento regional foram baseadas no estímulo à modernização econômica e ao investimento por meio de fomento governamental. Seus resultados, ao final do governo JK (1961), mostraram um crescimento da produção de bens primários na região. Contudo, não se observou grandes ganhos de produtividade, o que acabou comprometendo a expansão do mercado interno regional (OLIVEIRA, 2008).

*Regime Burocrático Autoritário (1964-1984).* A partir da instalação do regime militar em 1964, observou-se o fortalecimento do Poder Executivo, a interferência crescente do poder público em praticamente todos os setores do sistema econômico nacional e a expansão da tecnoestrutura estatal, consubstanciada na elaboração de planos, programas, criação de órgãos e empresas estatais e de fundos de financiamento. Além disso, o caráter autoritário e centralista do governo federal acarretou a redução significativa da autonomia tanto dos estados quanto dos municípios (IANNI, 1977).

Para dar prosseguimento ao desenvolvimento econômico, tornava-se necessário desenvolver o setor de bens de capital e de bens intermediários que estavam defasados<sup>8</sup>. Vários entraves foram detectados, em especial a ausência de mecanismos de financiamento adequados, tanto para o setor público, que se encontrava com elevado déficit público devi-

do aos gastos realizados no Plano de Metas, como para o setor privado, que necessitava de maiores recursos financeiros para investir (SILVA, 1987).

Nesse contexto, o governo Castelo Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o período de 1964 a 1966, cujo objetivo era retomar o crescimento econômico e atenuar os desníveis de desenvolvimento regional e setorial do Brasil. Como o controle inflacionário era visto como precondição para a retomada do crescimento da economia, o PAEG foi dividido em duas linhas de atuação: combate à inflação e reformas estruturais. Essas reformas estruturais contemplavam a tributária, a monetária-financeira e a do setor externo.

As reformas do PAEG alteraram todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. O regime militar adotou o planejamento federal como instrumento de intervenção, de controle social e de integridade nacional, com fins de promover o desenvolvimento. A integração do mercado nacional e a sedimentação da integração físico-territorial foram consideradas como prioridades (SIMONSEN, 1989). Assim, o desenvolvimento da Amazônia ganhou relevância. Em 1965 iniciou-se a Operação Amazônia, com o objetivo de integrar a Amazônia às demais regiões do País. Essa Operação baseou-se no princípio de polos de desenvolvimento, e visava dinamizar a economia e povoar a região. Com este intuito foram criadas a Superintendência da Amazônia, (SUDAM) (1969) e a Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO) (1967) (MENEZES, 2009).

O planejamento federal, no regime militar, ganhou formalização e institucionalidade. Foi criada uma estrutura técnico-administrativa com o Ministério do Planejamento (MINIPLAN) e o Instituto de Planejamento e Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (GARCIA, 2000).

<sup>8</sup> Estes setores eram chamados de setores de “demanda derivada”, isto é, a demanda de seus produtos depende da demanda pelos produtos finais na economia.

Para o período de 1968 a 1970 o governo implantou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) cujos objetivos eram a valorização da empresa privada e a aceleração do desenvolvimento econômico (IANNI, 1977).

Na década de 1970 o projeto militar brasileiro consistiu na construção de um parque industrial e na inserção do País no rol das potências mundiais. O capital financeiro internacional foi instado pelo governo a financiar a construção do projeto “Brasil Grande Potência”. Essa década foi de grande expansão e modernização da economia do País, a partir da intervenção estatal e do planejamento federal (ARAÚJO, 2000).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) estabeleciam três grandes objetivos: colocar o Brasil no rol das nações desenvolvidas; duplicar até 1980 a renda *per capita* do País e garantir uma taxa de crescimento do PIB variando entre 8% e 10% ao ano. Por isso, este período foi conhecido como a Era dos PNDs, uma vez que houve o PND I (1972-1974), o PND II (1974 a 1979) e o PND III (1979 A 1985) (IANNI, 1977, SKIDMORE, 1988). Até o ano de 1973, o País conheceu alto índice de crescimento econômico, conforme quadro 3.

QUADRO 3 - INDICADORES ECONÔMICOS (1969 – 1973)

ANO	PIB %	PRODUÇÃO INDUSTRIAL %
1968	9,8	14,2
1969	9,5	11,2
1970	10,4	11,9
1971	11,3	11,9
1972	12,1	14,0
1973	14,0	16,6

Fonte: Anexo Estatístico (ABREU, 1989).

Entre 1968 e 1973, o PIB cresceu à taxa média de 11,2% ao ano, chegando a 14% em 1973. A produção industrial cresceu à taxa média de 11,2% a.a (chegando a 16,6% em 1973). Esse período denominado de Milagre Econômico esteve associado ao empenho do governo em tornar o Brasil uma grande potência mundial, com investimentos em infraestrut

tura (ferrovias, aeroporto, telecomunicação), nas indústrias de base (siderurgia e mineração), de transformação (cimento, papel, alumínio), equipamentos (turbinas, motores, telefonia), bens duráveis (carros e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (carnes, laticínios e grãos) (SKIDMORE, 1988).

A preocupação com as desigualdades regionais retomou o cenário governamental e esteve presente no PND I e de forma mais evidente no PND II (PAULA, 2003, ALMEIDA, 2004). No PND I (1972-1974) foram criados vários programas de desenvolvimento regional, diminuindo o papel das instituições SUDENE, SUDECO e SUDAM, provocando a expansão da fronteira agrícola, o aumento do desenvolvimento do Centro-Sul e novas iniciativas de industrialização do Nordeste (SKIDMORE, 1988, PAULA, 2003). O PND I foi amparado por planos setoriais e regionais de desenvolvimento.

[...] O PND I [...] foi complementado por uma série de planos setoriais ou regionais, como o Programa de Integração Nacional, voltado para o Nordeste e a Amazônia; o Proterra, visando dar exequibilidade à reforma agrária; o Provale, programação de infraestrutura para o vale do rio São Francisco; o Prodoeste, incentivos para o Centro-Oeste; o Prorural, estendendo aos trabalhadores do campo os benefícios da previdência social, e o Programa de Integração Social, que visa à participação dos trabalhadores do setor privado no valor agregado pela atividade empresarial [...] (ALMEIDA, 2004, p:10)

Contudo, a dinâmica favorável da economia não foi capaz de alterar a estrutura de concentração setorial e espacial do crescimento econômico, uma vez que o governo incentivava atividades que pertenciam a gêneros dinâmicos da indústria. (GUIMARÃES NETO, 1997). Dessa forma, o PND II (1974 a 1979) teve como objetivo consolidar a matriz produtiva em nível nacional, privilegiando o investimento na eliminação das dificuldades na produção de bens intermediários e direcionando

uma parcela substancial dos investimentos para as regiões periféricas.

O PND II se deu durante o início da crise econômica mundial provocada pela alta de preços do petróleo. Diante desta crise, o governo militar propunha uma “fuga para frente” construindo uma estrutura industrial com capacidade de superar a crise, assumindo os riscos de aumentar a dívida externa e os déficits comerciais. As empresas estatais Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Vale do Rio Doce e Telebrás estavam entre as principais empresas envolvidas no processo de alcance da industrialização avançada (ALMEIDA, 2004, SKIDMORE, 1988). A política de investimento nas estatais visava à ampliação das bases produtivas fora do Sudeste, e à impulsionar o que Guimarães Neto (1997) chamou de “modesta desconcentração regional”. Esse movimento permitiu a ocupação da fronteira agropecuária na direção da região Centro-Oeste e oeste do Nordeste e do Norte. À medida que o mercado nacional se integrava no âmbito nacional, a indústria se estendia e se desenvolvia em regiões menos desenvolvidas<sup>9</sup>. Tratou-se de uma migração de capitais, da região Sudeste para outras regiões, resultando na integração de regiões periféricas à dinâmica nacional.

O PND II se caracterizou por proporcionar mudanças nos rumos da industrialização brasileira, investindo na exploração de metais não-ferrosos, minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, além da prospecção e produção do petróleo, energia nuclear, hidrelétrica, álcool, carvão, e em incentivos fiscais, como a reserva de mercado e a política de preços. As políticas estatais de forte incentivo à industrialização e de descentralização econômica favoreceram o crescimento das agroindústrias, o que gerou os pólos regionais de crescimento (KOHLEPP, 2002; ALMEIDA, 2004). A concepção destes pólos, baseada na valorização dos potenciais setoriais de cada região, capazes de contribuir para o processo industrial, como extração de recursos mine-

rais, naturais e de criação de gado, orientou as estratégias do planejamento regional (ALMEIDA, 2004).

O PND III (1979 a 1985) foi idealizado no ápice da crise do petróleo, a qual acarretou a queda no desempenho da economia brasileira, o desgaste do regime militar e o fim do planejamento federal como instrumento da política econômica e financeira do Estado. No início da década de 1980 o Estado perdeu a capacidade de conduzir políticas públicas e o planejamento federal foi extinto. A crise nacional já era visível, conforme quadro 4.

QUADRO 4 - INDICADORES ECONÔMICOS (1981-1984)

ANO	INFLAÇÃO IGP- DI (% A.A.)	PIB - VARIACÃO ANUAL EM (% A.A.)	DÍVIDA EXTERNA (US\$ MILHÕES)
1981	95,20	- 4,3	61.411
1982	99,72	0,8	70.198
1983	210,99	- 2,9	81.319
1984	223,81	5,4	91.091

Fonte: IGP/DI - FGV, Conjuntura Econômica, atualizado em 11.01.2011.

Fonte: PIB: IBGE - Sistema de Contas Nacionais, valores corrigidos antes de 1980, devido a correção da variação do PIB real em 1980 de 10,2% para 9,2. IBGE, série relatório metodológico, v.8, p: 68.

As crises do petróleo (1974 e 1979), marcaram o fim do planejamento intervencionista no Brasil e enceraram as políticas governamentais amparadas pelo planejamento federal de longo prazo. A luta contra a instabilidade macroeconômica fez com que se perdesse o rumo do médio e do longo prazo, e com ele a relevância do planejamento (PAULA, 2003; ALMEIDA, 2004).

## 2. PERÍODO: 1985-2002 IMPOSSIBILIDADE E RESISTÊNCIA AO PLANEJAMENTO

O cenário de inflação galopante e de recessão econômica marcou o final da década de 1980, conforme o quadro 5.

<sup>9</sup> Ao longo do período de 1970 a 1990 a contribuição na produção industrial, do Nordeste, no PIB nacional, passou de 5,7% para 8,4%, enquanto que a importância do Sudeste caiu de 69% para 49%.

QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO E DO PIB  
BRASILEIRO

ANO	INFLAÇÃO IGP-DI (% A.A.)	PIB - VARIACÃO ANUAL EM (% A.A.)
1984	223,81	5,4
1985	235,11	7,8
1986	65,03	7,5
1987	415,83	3,5
1988	1.037,56	- 0,1
1989	1.782,89	3,2
1990	1.476,71	- 4,3

Fonte: IGP/DI - FGV, Conjuntura Econômica, atualizado em 11.01.2011.

Fonte: PIB: IBGE - Sistema de Contas Nacionais, valores corrigidos antes de 1980, devido a correção da variação do PIB real em 1980 de 10,2% para 9,2. IBGE, série relatório metodológico, v.8, p: 68.

A inflação média do período 1984/1990 é de 748,13% aa. Para alguns autores como Ianni (2000) e Tavares (1972) a crise econômica daquela década significou a perda da capacidade planificadora do Estado: Com isso, a crise do planejamento sobrepunha-se à ruptura do padrão de financiamento, tendo como base o endividamento externo, a reversão do ciclo industrial moderno e a difícil transição democrática.

Assim, o Estado desenvolvimentista e superavitário perdeu a sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, o seu poder de intervenção, diante da crise monetária, fiscal e financeira (BELLUZZO e ALMEIDA, 1990; BELLUZZO, 2005).

[...] A “desordem” foi enfrentada com o “choque de juros” deflagrado pelo Federal Reserve de Paul Volker em outubro de 1979. Na esteira da decisão do Federal Reserve eclodiu a crise da dívida externa da periferia. A América Latina foi atingida com especial virulência [...] (BELLUZZO, 2005).

Essas crises afetaram as relações Estado-região, fragilizando a capacidade de implantação de políticas específicas e obrigando a reformulação dos projetos nacionais (BECKER, 2007). O Estado deixou de ser ator relevante na cena das políticas regionais e se voltou para uma sucessão de tentativas frustradas de estabilizar a economia, a partir de planos econômicos emergenciais, sendo que ne-

nhum teve êxito na década de 1980 e início da 1990: Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor I e II (1990-1991), todos voltados para o curto prazo. Assim, com a inflação em níveis estratosféricos era impossível para o governo planejar o desenvolvimento do País (FRANCO, 1992).

O início da década de 1990 foi marcado pela vitória da opção liberal, por privatizações, pelo desmonte parcial dos aparelhos de intervenção regional e pelo abandono do planejamento. Na segunda metade da década de 1990, em decorrência da estabilidade macroeconômica alcançada com o Plano Real (1994), foi possível, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), ensaiar um retorno da prática do planejamento, como um planejamento mais indicativo, mediante a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 1996-1999, no qual emerge a preocupação com o desenvolvimento do País.

O Programa Brasil em Ação (PPA), 1996-1999, teve como uma das premissas básicas a consolidação da estabilidade de preços alcançada com o Plano Real. Seguiu uma orientação liberal e foi norteadado pela preocupação em controlar a inflação, consolidar a estabilidade e reativar o crescimento econômico. Além disso, visava ao fortalecimento dos “pedaços competitivos” do território nacional voltados para o abastecimento do mercado doméstico e para as relações comerciais internacionais (IICA, 2007, ARAÚJO, 2000).

O *Programa Brasil em Ação* foi criado para agrupar os projetos prioritários do PPA e introduzir a referência espacial (regional) como meio de se alcançar o desenvolvimento.

[...] Três preocupações orientarão a ação do Governo no período 1996/99: a Construção de um Estado Moderno e Eficiente; a Redução dos Desequilíbrios Espaciais e Sociais do País; e a Modernização Produtiva da Economia Brasileira [...] A atuação governamental será orientada para a redução das desigualdades sociais [...] fortalecimento de setores com potencial de inserção internacional e estímulo à inovação tecnológica e à reestruturação produtiva [...] (PPA 1996-1999).

Segundo o Ministério do Planejamento, o PPA 1996/1999 considerou como estratégia a concentração de investimentos nas regiões portadoras de grande potencialidade econômica e sua inserção na economia mundial para promover a integração, diminuir a desigualdade social e impulsionar o desenvolvimento nacional (CEPAL, 2010).

Os resultados foram parciais. O PIB chegou a mais de 4,0% em 1995, como resultado dos efeitos iniciais do plano de estabilização, e oscilou nos próximos anos: 2,6% em 1996, 3,3% em 1997, 0,1% em 1998, 0,8% em 1999, 4,4% em 2000, 1,5% em 2001 e 1,5% em 2002. Os fracos desempenhos, de 1998/1999, decorreram do choque do preço do petróleo, das altas das taxas de juros externas e da crise de confiança nos mercados emergentes.

No período de 2000 a 2002 o endividamento externo continuou crescendo, com aumento dos juros pagos ao exterior. As relações entre o saldo em transações correntes e o PIB foram negativas, conforme tabela 1. O pífio desempenho econômico deveu-se, em parte, aos efeitos da vulnerabilidade externa<sup>10</sup> e à adoção, pelo Banco Central, de elevadas taxas de juros, com o conseqüente aumento da dívida pública. Isso ocasionou a instabilidade macroeconômica no País e impediu que o Estado conduzisse, efetivamente, políticas públicas específicas (IPEA, 2010).

TABELA 1 - INDICADORES ECONÔMICOS

INDICADORES	2000	2001	2002
Dívida externa total/PIB (%)	36,02	41,2	45,9
Dívida externa total líquida /PIB (%)	28,41	31,9	35,9
Serviço da dívida/PIB (%)	8,15	10,4	10,1
Serviço da dívida/Exportações (%)	89,08	90,6	76,8
Juros pagos ao exterior/PIB (%)	2,84	3,46	3,33
Juros pagos ao exterior/Exportações (%)	31,04	30,3	25,3
Transações correntes/PIB (%)	-4,02	-4,55	-1,66
Transações correntes/Exportações (%)	31,04	30,3	25,3
Reservas internacionais/Dívida externa total (%)	15,22	17,1	18
Reservas internacionais/Serviço da dívida (razão)	67,27	67,96	81,6

Fonte: BACEN – Boletim do Banco Central do Brasil, *apud* Oliveira & Nakatami, 2006

O PPA 2000-2003 (*Programa Avança Brasil*), manteve o mesmo texto liberal, que se traduzia no fortalecimento da economia de mercado e na reforma do estado. Voltou-se para a inserção mundial por meio dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração, com a eliminação de obstáculos aos investimentos estrangeiros e promoveu uma nova regulamentação dos setores de energia, telecomunicações, petróleo e portos (CEPAL, 2010).

O contexto internacional, porém, foi extremamente desfavorável ao Brasil. Houve a crise de natureza estrutural decorrente da contradição entre a capacidade de produção e a acumulação do capital (1997); a crise do capital especulativo, com o estouro da bolsa especulativa da Nasdaq (2000) e a crise financeira (2008/2009). Finalmente, a crise ambiental, revigorada por meio do estudo do IPCC acerca do aquecimento global (BACHA e GOLD-FAJN, 2008; CORSI e ALVES, 2009).

O fenômeno da globalização, iniciado nos anos 1990, gerava mudanças nas estratégias dos Estados e em suas relações com a sociedade. O espaço de ação do Estado nacional foi reduzido e as articulações internacionais se fortaleceram (G7, G20 etc).

Segundo Araújo (1999), com a proposta dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento, o Estado privilegiou a integração mundial da economia nacional. Com isso atendia a orientação da estratégia global promovida pelas grandes potências.

[...] A macro opção que se fez, nos anos recentes, tem sido chamada de “inserção submissa”, de “inserção passiva” no ambiente mundial dos anos 80 e 90. Essa inserção está conectada especialmente às políticas públicas que se refletem com muita clareza, na minha visão, no conteúdo dos projetos do “Brasil em Ação” e agora, do “Avança Brasil”. Qual é a grande opção que está na base desses projetos? É o que chamam de “integração competitiva”. Ou, integração competitiva dos “pedaços competitivos” do Brasil na economia mundial [...]. (ARAÚJO, 1999, p. 70).

10 Houve a crise mexicana em 1995; a crise asiática em 1997; a crise russa em 1998, a crise na Argentina em 2001/2002.

### 3. PERÍODO: 2003-2010 – TENTATIVA DE RETORNO: PLANEJAMENTO MAIS INDICATIVO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir de 2003, no cenário macroeconômico, verifica-se uma melhoria considerável da economia nacional, conforme sinalizam os indicadores do quadro 6.

QUADRO 6 - INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores	2003	2004	2005
Dívida externa total/PIB (%)	42,41	33,29	21,28
Dívida externa total líquida/PIB (%)	29,79	22,43	12,69
Serviço da dívida/PIB (%)	8,37	8,03	6,11
Serviço da dívida/Exportações (%)	58,07	50,32	41,14
Juros pagos ao exterior/PIB (%)	3,02	2,53	1,97
Juros pagos ao exterior/Exportações (%)	20,97	15,85	13,28
Transações correntes/PIB (%)	0,82	1,94	1,78
Transações correntes/Exportações (%)	20,97	15,85	13,28
Reservas internacionais/Dívida externa total (%)	22,94	26,29	31,75
Reservas internacionais/Serviço da dívida (razão)	116,15	109,03	110,55

Fonte: BACEN – Boletim do Banco Central do Brasil, *apud* Oliveira & Nakatami, 2006

A nova dinâmica da economia foi incrementada pelo contexto internacional favorável, com o aumento do preços dos commodities. Essa nova dinâmica aumenta o poder de consumo da população brasileira, com o incremento no mercado de trabalho, a elevação real do salário mínimo, a democratização do crédito e de políticas públicas de assistência social.

Para o período 2004 a 2007 o governo federal elaborou o Plano Plurianual do Governo – PPA, definindo o papel do Estado como indutor do desenvolvimento social e regional e condutor do crescimento econômico. Tentou-se retomar a prática do planejamento a partir da elaboração de políticas nacionais de dimensão espacial como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, o Programa de Promoção da Sustentabilidade

de Espaços Sub-nacionais - Promeso e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver). Manifestava-se, assim, uma nova preocupação regional, com atuação do Estado em novos espaços produtivos.

A busca do desenvolvimento migrou do foco em espaços geográficos específicos, como ocorreu nos PPA 1996-1999 e 2000-2003, para um novo olhar sobre a multiespacialidade do território nacional (IPEA, 2010).

[...] Em um cenário mundial no qual a formação de blocos de poder, sobretudo econômicos, tem se intensificado, a redefinição do papel das políticas de desenvolvimento regional, passa a constituir um desafio [...] em um mundo globalizado, que integra países e elege territórios mais competitivos, reproduz-se um padrão de desenvolvimento que tende a intensificar a seletividade espacial [...] (DINIZ, 2007:5).

No segundo mandato do Presidente Lula, ocorreu o retorno de um contexto internacional desfavorável com a crise econômico-financeira de 2008/2009. A explosão desta crise, originada no mercado norte-americano, veio se transformar em uma crise sistêmica. Instituições financeiras nos EUA e na Europa anunciaram perdas bilionárias e anunciaram pacotes econômicos em ajuda ao sistema financeiro.

Apesar dessa crise abalar o impulso desenvolvimentista do governo, o PPA relativo ao período 2008 a 2011 foi direcionado para a continuidade da estratégia anterior de desenvolvimento econômico e social e sedimentou a definição de uma nova espacialização, capaz de orientar o planejamento federal. A nova dimensão espacial no planejamento do Governo Federal teve como desafio incorporar as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais das diferentes localidades do País, com novas ações e novas concepções.

[...] Cada espaço nacional deve ser tratado como portador de dinâmicas diferenciadas, fruto de uma construção social es-

pecífica e com diversidade biológica e cultural próprias, de forma a permitir que sua matriz histórica, cultural e natural se apresente como mola propulsora do desenvolvimento regional[...] (ARAÚJO, 2010).

Com isso, o governo federal passou a lidar com políticas públicas que utilizavam múltiplas escalas espaciais, como por exemplo: macroregião (Política Nacional de Desenvolvimento Regional); semi-árido nordestino (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido - MI); Amazônia Legal (Plano Estratégico para Estados da Amazônia Legal - MPOG); ecorregiões (Programa Ecorregiões - MMA), bacias hidrográficas (Plano Estratégico das Bacias Hidrográficas - MMA), aglomerações produtivas (Política de Inovação em Aglomerações Produtivas (MDIC); territórios rurais (Programa Territórios Rurais - MDA); territórios da cidadania (Programa Territórios da Cidadania - MDA).

Além da estabilidade e do crescimento econômico, a dimensão espacial passou a ser discutida com maior intensidade como instrumento para políticas públicas de desenvolvimento diferenciado. Buscava-se reequilibrar o País socialmente por meio de políticas com recortes geográficos específicos (setoriais, territoriais e sociais), contemplando o combate à pobreza e à estagnação econômica de regiões vulneráveis (ARAÚJO, 2010).

As novas tentativas de planejamento, traduzidas nos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), se mostraram diferenciadas do planejamento regional elaborado nos anos 1950/1970. Este planejamento partia do princípio de que o problema regional era o problema das macrorregiões Norte e Nordeste. O Plano de Metas, dos anos 1950, destinou-se a promover a modernização econômica nacional a partir do espraiamento do processo de industrialização, de forma a abranger estas regiões. Os planos nacionais de desenvolvimento dos anos 1970 foram elaborados com o objetivo de promover os investimentos previstos para a industrialização nacional, tendo como pano de fundo a integração física e econômica

do País, particularmente do Norte e do Centro-Oeste (IICA, 2007).

Segundo Bresser Pereira o governo federal percebeu que as políticas econômicas liberais não eram boas nem mesmo para os países ricos, por isso buscou o novo desenvolvimentismo. Este tem como base o papel estratégico do Estado como indutor do desenvolvimento, a implementação de políticas públicas de redução da pobreza e da desigualdade social e o incremento do dinamismo econômico local, voltado para o mercado nacional e internacional (BRESSER, 2009).

[...] O nacional-desenvolvimentismo foi a estratégia que regeu o desenvolvimento do Brasil entre 1930 e 1980, um período de enorme crescimento e transformação da economia...] o novo desenvolvimentismo, entre outros pilares, defende crescimento econômico baseado na exportação, combinado com o mercado interno forte, o Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas, a política industrial é subsidiária e não há complacência com a inflação [...] (Entrevista de Bresser Pereira para Guilherme de Barros - Folha de S. Paulo, 11.06.06).

Nesse contexto de novo desenvolvimentismo verifica-se um resgate do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, a partir da condução de políticas públicas. Em tal perspectiva a dimensão regional não se resume às clássicas regiões administrativas, nem aos eixos de estratégicos de desenvolvimento, mas faz um recorte territorial mais fino, intra regional, que são atingidos por meio de políticas nacionais setoriais.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi responder ao questionamento - Qual o lugar da dimensão espacial no planejamento estatal brasileiro na trajetória republicana?

Verificou-se que o *locus* ocupado pela dimensão espacial na trajetória do planeja-

mento federal está estreitamente relacionado à conjuntura econômica (nacional e internacional), à forma de Estado vigente, à estrutura socioeconômica e à ideologia prevalecente. As influências conjunturais dão ao processo cores diferentes, mas não definem nem o tipo de planejamento, nem as formas de estado.

Para melhor visualização desse entendimento, segue quadro 7:

Quadro 7 - Síntese dos aspectos considerados na análise da dimensão espacial ao longo da trajetória do planejamento federal brasileiro, 1930-2010.

PERÍODOS/ ASPECTOS	1930-1985	1985-2002	2003-2010
Dimensão Espacial	Questão das desigualdades regionais; Integração do Território Nacional	Desaparecimento da relevância do regional/ Espaço concebido como eixos de desenvolvimento	Retorno do espacial, como território, nas políticas públicas setoriais
Tipo Planejamento Federal	Planejamento de cunho Nacional/ Desenvolvimentista	Impossibilidade do Planejamento e a experiência com o PPA – tentativa de retomada do planejamento, mais indicativo	Planejamento das políticas públicas de combate a pobreza
Estrutura Econômica	Intervencionista: 1ª, 2ª. Etapa Industrial, Modernização da economia /Industrialização avançada	Fim do ciclo Industrial/ Eixos de desenvolvimento	Novo Desenvolvimentismo
Estrutura Política	Nacional/Desenvolvimentismo, Regime burocrático autoritário	Transição Política/ Social Democracia	Democrático popular
Ideologia	Nacional/Intervencionista/ Populista	Liberalismo	Oposição ao liberalismo

Fonte: Própria

Como conclusão, pode-se deduzir que durante o período do Planejamento de cunho Nacional/Desenvolvimentista (1930-1985) a dimensão espacial traduziu-se na ocupação do território nacional e no combate à desigualdade regional que se encontravam submersas nas ações voltadas à construção nacional. O projeto nacional desenvolvimentista teve como centro a industrialização. O Estado buscava a ocupação nacional por meio da criação de um mercado nacional desconcentrado, promovendo a organização política do território mediante o aparelhamento político e administrativo, assim como, a integração das economias

regionais antes configuradas como “arquipélagos regionais”.

A questão regional passou, nos anos 1950/1960, a ser considerada uma questão nacional, resultando entre outros na criação da Sudene e Sudam, como instrumentos de correção das desigualdades regionais. No I PND (1972-1974), e de forma mais evidente no II PND (1974 a 1979), a proposta de espraio dos setores produtivos e industriais nas diversas regiões do País provocou a “modesta desconcentração” da base produtiva e industrial e a ocupação e integração econômica do Norte e do Centro-Oeste. Durante o III PND (1979 a 1985) a crise do petróleo acarretou a queda do desempenho da economia brasileira, o desgaste do regime militar e o fim do planejamento federal.

No período da “impossibilidade” ou dificuldades de planejamento (1985-2002), a questão regional perde sua visibilidade diante do enfraquecimento do Estado de planejar, frente ao quadro de hiperinflação e crise da dívida. Assim, a dimensão espacial desaparece das ações governamentais. Entretanto, no final da década de 1990, especificamente no PPA 1996-1999, se percebe uma incipiente mudança com a retomada do planejamento indicativo. Inicia-se uma separação da dimensão espacial com a questão regional a partir da proposta de inserção dos “pedaços competitivos” do Brasil na economia mundial, presente no *Programa Brasil em Ação*. Aparentemente, o governo associou o desenvolvimento desses pólos à melhora da dinâmica socioeconômica do País de forma a impactar a redução das assimetrias regionais. Desta forma, dimensão espacial e questão regional participaram juntas, mas de forma autônoma, na programação das ações do governo. O PPA 2000-2003 mantém o redesenho espacial com os pólos dinâmicos, agora intitulados “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” e renova a proposta de direcionar investimentos para as áreas dinâmicas.

No período 2003-2010 a incipiente separação entre dimensão espacial e questão regional se consagra. O planejamento territorial se faz por meio das políticas públicas setoriais,

e por meio de ações específicas em territórios socialmente vulneráveis.

A dimensão espacial se redefine em outra escala e em outro rumo. Em relação a escala, segue a tendência de contemplar as diferentes dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais das diversas localidades do País, o que leva a que a escala local ou sub-regional passem a ser reconhecidas como potencialidades para o desenvolvimento. Quanto ao outro rumo, a dimensão espacial adquire centralidade na elaboração e implantação de políticas públicas de combate a pobreza que incide de maneira diferenciada no território, privilegiando aquelas mais socialmente vulneráveis.

Recebido em: 02/08/2013

Aprovado em: 09/12/2015

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, MARCELO DE PAIVA. *A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ALMEIDA, PAULO ROBERTO. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*, 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.
- AMIN, ASH. Política regional em uma economia Global. In: DINIZ, CLÉLIO CAMPOLINA, (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília, Editora da Universidade, 2007. p. 237-247.
- ARAÚJO, TÂNIA BACELAR. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- \_\_\_\_\_. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 1999.
- \_\_\_\_\_. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional Contemporâneo. In: *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz da União Européia e Brasil*. CLÉLIO CAMPOLINA (Org.) Brasília. EDUnB, 2007. p. 221-239.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. In: JOSÉ CELSO CARDOSO JR., JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, JOANA ALENCAR (Orgs.). *Diálogos para o Desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, 2010.
- BACHA, E.; GOLDFAJN (Orgs.). *Como Reagir à Crise? Políticas Econômicas para o Brasil*. Rio de Janeiro: IEPE, 2008.
- BARROS, GUILHERME. Bresser propõe novo desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo* São Paulo - 11.06.2006. Economia, 2006.
- BECKER, BERTHA. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? In: Clélio Campolina (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz da União Européia e Brasil*. Brasília. EDUnB, 2007. p. 267 - 299.
- \_\_\_\_\_. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K; COSTA, R; SILVEIRA, C. (org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BELLUZZO, LUIZ G. M.; ALMEIDA, JÚLIO S. G. Crise Monetária no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4. p. 63-75, mar. 1990.
- BELLUZZO, LUIZ GONZAGA. *O dólar e os desequilíbrios globais*, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572005000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572005000300004&script=sci_arttext) 2005>.
- BENEVIDES, MARIA VICTORIA. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro. EDFGC/CPDOC, 1991. Disponível em <[http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/OgovernoKubitschek.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/OgovernoKubitschek.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. Crise e recuperação da confiança. *Revista de Economia Política*, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>.

- CASTELS, M. A. *Sociedade em Rede*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CANO, WILSON. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995)*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- CEPAL - Serie Desarrollo Territorial – n. 8 - Kelson Vieira Senra - *Políticas e Instituições para Desenvolvimento Econômico territorial. O caso do Brasil*. Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), 2010.
- CORSI, F. L.; ALVES, G. A. P. *Crise financeira global e o capitalismo do século XXI: uma perspectiva crítica*. Revista HISTEDBR, p. 16-25, 2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33esp/art02\\_33esp.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33esp/art02_33esp.pdf)>.
- COUTO, MARCOS A. C. *Construção dos Conceitos Científicos e Escolares: caminhos para a organização da educação geográfica*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, 2005.
- DINIZ, CLELIO CAMPOLINA (Org). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia*. Brasília: EDUnB, 2007.
- FAORO, RAYMUNDO. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 2. 10. ed. São Paulo: Globo, 2000.
- FRANCO, GUSTAVO H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, M. P. (Org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FURTADO, CELSO. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2000.
- GARCIA, RONALDO. *A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000-2003*. Texto para discussão, 726, IPEA, 2000. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td\\_726.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_726.pdf)>.
- GUIMARÃES NETO, LEONARDO. Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, 1997. <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/123/125>.
- HAESBAERT, ROGÉRIO. *O mito da desterritorialização: do “fim dos Territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2006.
- HOLANDA, CRISTINA BUARQUE. *Modos de Representação Política: o experimento da Primeira República*. Tese. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- IANNI, OCTÁVIO. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização 1977.
- \_\_\_\_\_. *O declínio do Brasil-Nação. Estudos Avançados*, São Paulo, 2000.
- IICA - *Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. IICA-OPPA/CPDA, 2007. Disponível em: <[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento\\_territorial-Articulacao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_e\\_atores\\_sociais.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf)>.
- IPEA - *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas* - José Celso Cardoso Jr. (Coordenador) / Brasília, 2010.
- KOHLHEPP, GERD. Conflito de interesse no ordenamento territorial da Amazônia Brasileira, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n.45, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>>.
- MACEDO, R. B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: CELSO LAFER. *O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAGNAG, ANGÉLICA. *A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica*, 1995. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/71352659/A-divisao-regional-brasileira>>.
- OLIVEIRA, FRANCISCO. *Noiva da Revolução: Elegia para uma Religião*. Ed. Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 6 ed, Petrópolis, Vozes, 1988.
- PAULA, João Paulo. Plano, programa e projeto: a experiência brasileira. *Revista Sociedade*

Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[http://www.sep.org.br/revista\\_artigo/revista136.pdf](http://www.sep.org.br/revista_artigo/revista136.pdf)>.

SALLUM JR. BRASÍLIO. Transição Política e Crise de Estado. Lua Nova, São Paulo, n. 32. 1994.

SÃO PAULO. CPDOC/FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945* <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CVRD>, 2015.

SILVA, HÉLIO. *O primeiro século da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SIMONSEN, M. H. A conta-corrente do governo – 1970/1988. Rio de Janeiro: Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. (Ensaio Econômico, nº 136), 1989.

SKIDMORE, THOMAS E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SUZIGAN, Wilson. *Investimento na Indústria da Transformação no Brasil – 1869-1930: uma visão geral*. Campinas: EDUNICAMP, 1984. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/302/241>>.

TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

VELOSO, JOÃO PAULO REIS. *A Controvérsia do Planejamento Econômico na Economia Brasileira*. Brasília, IPEA, 2010.

VIANNA, SÉRGIO BESSERMAN. Política econômica externa e Industrialização: 1946-1951. In: Abreu M. (Org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990.